

# Turmas mais pequenas? ME e especialistas dividem-se

20 • Público • Sexta-feira 11 Junho 2010  
Portugal

Educação Dezoito mil põem deputados a discutir redução de alunos por turma

## Turmas mais pequenas? ME e especialistas dividem-se

Petição do Movimento Escola Pública chegou esta semana ao Parlamento. E promete alimentar uma discussão que parece estar para durar

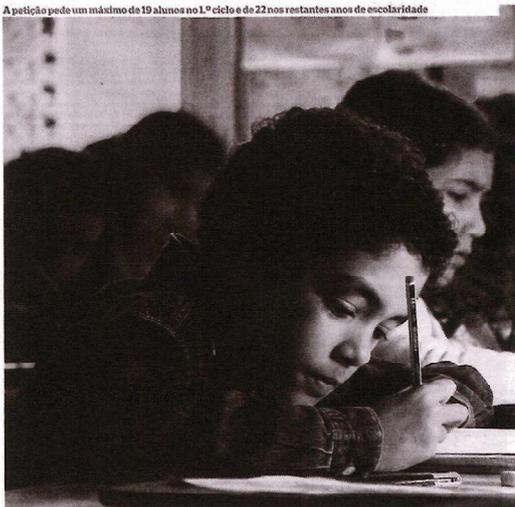
Graça Barbosa Ribeiro

● Não existem estudos que permitam determinar se, tendo em vista o sucesso escolar, existe um número ideal de alunos por turma. Mas esta incerteza científica só torna ainda mais inflamado o debate em torno da questão lançada pelo Movimento Escola Pública (MEP), que esta semana entregou na Assembleia da República uma petição em defesa da redução do número de alunos por turma. Por isso assinam nada menos do que 18 mil pessoas. De que foi feito o sucesso da petição? Do "bom senso" da medida, como alguns alegam? Ou do seu po-

der em mente alunos: "Turmas dos cursos profissionais — muitas vezes atraiadas para esta solução de recurso devido ao insucesso, turmas das escolas dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, precisamente de bairros muito desfavorecidos e onde o insucesso é muito comum, e turmas de repetentes".

**Uma proposta populista?** Miguel Reis ainda assinala a contradição entre a frase e a política do Governo, recordando que "se essas turmas pequenas existem é porque há um reconhecimento do Estado de

A petição pede um máximo de 19 alunos no 1.º ciclo e de 22 nos restantes anos de escolaridade



De acordo com a notícia publicada pelo jornal *Público* de 11 de Junho de 2010 foi entregue na Assembleia da República uma petição, assinada por 18 mil pessoas, que pede uma redução de alunos por turma — um número máximo de 19 alunos no 1.º ciclo e 22 nos restantes ciclos de escolaridade, em vez dos actuais máximos — 24 e 28 alunos respectivamente.

Segundo a notícia «Não existem estudos que permitam determinar se, tendo em vista o sucesso escolar, existe um número ideal de alunos por turma. Mas esta incerteza científica só torna ainda mais inflamado o debate em torno da questão». É inquestionável que este assunto mexe com os cidadãos, pois quatro dias depois de ter sido lançada, a petição já tinha reunido as assinaturas necessárias para obrigar os deputados a debater o assunto. Esta petição vem trazer a debate mais uma vez a discussão sobre as condições de funcionamento das turmas, que passa não só pelo seu número de alunos, como também pela possibilidade de existirem desdobramentos a algumas disciplinas, assessorias ou pares pedagógicos.

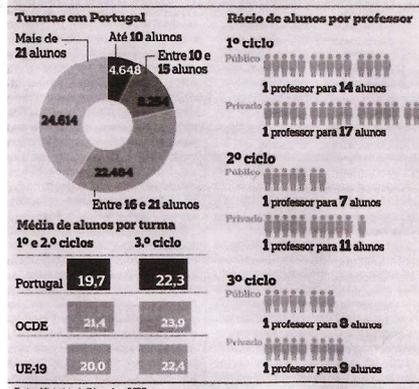
Mas a alternativa a uma lei que pretende normalizar números em situações muito diversas e em escolas com caracte-

terísticas muito diferentes, será outra lei que também imporá números? Não tendem estas leis a acentuar as diferenças que existem, gerando outras? Porque não permitir às escolas que, de uma forma autónoma, decidam sobre a forma como constituem as turmas, tendo em conta o seu projecto educativo, as características dos seus alunos, e os recursos humanos e físicos existentes?

Discutir o número de alunos por turma para melhorar as condições de aprendizagem, também passa por garantir a oportunidade dos alunos trabalharem com *software* adequado, calculadoras, sensores, materiais manipuláveis, realizando tarefas de exploração e investigação onde precisam de ser apoiados nos diversos caminhos que a investigação tomará... Como fazer trabalho experimental em turmas de 26 ou 28 alunos? Não seria melhor ser a escola a decidir sobre desdobramentos e assessorias para garantir esse trabalho?

Este caminho não está livre de obstáculos. Nas escolas muitas vezes instalam-se rotinas e interesses corporativos, que não têm em atenção as reais necessidades dos alunos. Mas como consolidar a capacidade democrática de tomar decisões? Só vemos um caminho, tomando decisões,

Mais de metade das turmas tem até 21 alunos  
Portugal tem menos alunos por turma que a média dos países da OCDE



## Defendem especialistas Flexibilidade e autonomia também podem ser solução

● Se a falta de consenso entre os grupos parlamentares não permitir satisfazer a pretensão do Movimento Escola Pública, a solução poderá passar por uma proposta alternativa: a eliminação do número mínimo de alunos por turma e a atribuição de autonomia às direcções das escolas para as dimensionarem de forma mais ou menos flexível e de acordo com critérios a definir.

"Eu, que sou defensor convicto de turmas mais pequenas, tenho noção de que, na escola que dirijo seria impossível concretizar, a curto prazo, essa medida, por falta de salas de aula disponíveis. Mas há escolas onde, devido à desertificação, as salas sobram — por que não começar por ali?", desafia Pedro Araújo, da Associação Nacional de Dirigentes Escolares.

A mesma ideia é defendida por Carlos Ceia, investigador da Universidade Nova, que adverte que se o Governo não avançar desde já com a diminuição do limite de alunos por turma, deverá, "pelo menos, dar autonomia às escolas para que possam fazer a experiência". "A questão do financiamento é recorrente, mas há sempre soluções, é uma questão de

querer", defende o professor, que acredita que "as autarquias, as empresas e outras instituições locais poderão até estar interessadas em colaborar no combate ao insucesso escolar da sua comunidade, através da contratação do número de professores necessário" a um projecto daquele género.

Estas propostas estão na linha da estratégia defendida pela investigadora e professora universitária Dulce Gonçalves. Com muita experiência de investigação na área das dificuldades de aprendizagem, defende que, nalgumas circunstâncias, "as turmas até poderiam ter mais de 28 alunos". "O importante era as escolas terem autonomia e poderem e saberem usá-la para aumentarem ou diminuir o número de alunos consoante o tipo de disciplina, de matéria e de aprendizagem". "Por exemplo, uma turma-base de 'X' alunos poderia dividir-se na aula de Língua Portuguesa em dois grupos, para trabalhar áreas específicas e diferentes consoante as necessidades distintas dos elementos dos dois grupos; e, no dia seguinte, juntar-se a outra turma, para uma aula de tipo conferência ou seminário", exemplifica. G.B.R.

avaliando-as e corrigindo erros. Se se continuar a impor normativos muito prescritivos, a responsabilidade não pode ser verdadeiramente assumida pela escola.

Segundo a notícia, esta autonomia é defendida por entrevistados que afirmam existir soluções para as questões financeiras através de projectos abertos à comunidade ou que as escolas pudessem «aumentar ou diminuir o nº de alunos consoante o tipo de disciplina, de matéria e de aprendizagem».

Parece-nos mais eficaz uma lei onde se façam recomendações, mas que deixe às escolas a possibilidade de tomar decisões.

Não será de ir por aí?

Manuela Pires  
Cristina Tudella